

Vogais suplentes:

- 1.º Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, vereadora.
- 2.º Floriano António Bilro Mendes, encarregado provisório.

Os presidentes dos júris serão substituídos, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo de cada júri de concurso.

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

10 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá*.

2611020467

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Aviso n.º 10 846/2007

Por meu despacho de 2 de Maio de 2007, Maria de Fátima Fernandes Martins, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Odivelas, foi nomeada definitivamente na categoria de chefe de secção, na sequência do concurso interno de acesso geral para a categoria de chefe da Secção de Recrutamento e Selecção, da Divisão de Recursos Humanos, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 188, de 28 de Setembro de 2006, ao abrigo das disposições conjugadas no artigo 41.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, e no artigo 6.º, n.º 8, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro.

7 de Maio de 2007. — A Presidente da Câmara, *Susana de Carvalho Amador*.

2611020613

CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Aviso (extracto) n.º 10 847/2007

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e aplicável à administração local pelos artigos 1.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com as alterações e republicação pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, torno público o meu despacho de 28 de Maio de 2007, donde consta o seguinte:

Considerando que:

Através de publicitação, foi divulgado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 67, de 4 de Abril de 2007, e registo na bolsa de emprego público, em 5 de Abril de 2007, com o número OE200704/0052, o procedimento de selecção tendo em vista o provimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau — chefe de divisão de Administração Geral.

O júri procedeu à aplicação dos métodos de selecção (avaliação curricular e entrevista pública), tendo em resultado proposto a escolha da candidata Maria Margarida Duarte Ribeiro Mota Ferreira Nascimento.

Assim:

Determino, no uso da minha competência, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com os n.ºs 8 a 10 do artigo 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com as alterações e republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho:

Nomear no cargo/lugar de direcção intermédia de 2.º grau — chefe de divisão de Administração Geral a funcionária Maria Margarida Duarte Ribeiro Mota Ferreira Nascimento, em comissão de serviço, pelo período de três anos e por urgente conveniência de serviço, considerando a proposta e razões invocadas pelo júri constantes da acta n.º 4 abaixo mencionadas.

O presente despacho produz efeitos imediatos.

29 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Ápio Cláudio do Carmo Assunção*.

Nota curricular

Nome — Maria Margarida Duarte Ribeiro Mota Ferreira Nascimento.

Data de nascimento — 19 de Julho de 1966.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito;
Pós-graduação em Comportamento Organizacional e Gestão de Recursos Humanos;

Tem formação diversificada nas áreas e matérias respeitantes ao lugar posto a concurso.

Percurso profissional:

De 15 de Julho de 1991 a 18 de Janeiro de 2004 exerceu advocacia;
De 19 de Janeiro a 20 de Junho de 2004 prestou serviço em regime de prestação de serviços na modalidade de avença no Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis;

De 21 de Junho de 2004 a 13 de Março de 2006 esteve em regime de contrato a termo certo com a categoria de técnico superior de 2.ª classe — direito, neste município;

Em 14 de Março de 2006 iniciou contrato administrativo de provimento na categoria de técnico superior (estagiário) — direito, tendo tomado posse do cargo de técnico superior de 2.ª classe — direito em 12 de Outubro de 2006;

Em 17 de Janeiro de 2007 foi nomeada no lugar/cargo de chefe de divisão de Administração Geral em regime de substituição. Nessa mesma data foi nomeada notária privativa do município de Oliveira de Azeméis.

Tem um percurso polivalente e diversificado no exercício de funções de advocacia e de causídica, tendo representado clientes e causas em vários domínios em todo o território nacional. E, cumulativamente, tem experiência no âmbito da administração pública local, em organismos/instituições e associações de fins públicos, detendo conhecimento e prática ao nível de notariado e tarefas associadas, quer no notariado privativo de uma autarquia quer na área privada.

Revelou um perfil profissional adequado à função/cargo, sendo de destacar o seu sentido de confiança, organização e participação, orientado para resultados da equipa, e com um raciocínio mais objectivo, metódico e prático, bem como optimista e com melhor grau de controlo das emoções/situações. Transmite, assim, um perfil que poderá trazer mais garantias de estabilidade à organização, às equipas de trabalho e aos projectos estruturantes em curso na unidade orgânica DAG.

2611019350

CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FRADES

Aviso n.º 10 848/2007

Nomeação

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 31 de Maio de 2007, foram nomeados para os lugares de assistente administrativo principal Ana Paula Santos Arede Nunes e José Manuel Martins dos Santos, únicos candidatos aprovados no concurso interno de acesso limitado para provimento de dois lugares de assistente administrativo principal.

Devem os mesmos aceitar os referidos lugares no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas, de acordo com o disposto no artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

31 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Luís Manuel Martins de Vasconcelos*.

2611019315

Aviso n.º 10 849/2007

Nomeação

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 31 de Maio de 2007, foi nomeado para o lugar de operário principal, operador de estações elevatórias de tratamento e depuradoras, José Rodrigues da Silva, único candidato aprovado no concurso interno de acesso limitado para provimento de um lugar de operário principal, operador de estações elevatórias de tratamento e depuradoras.

Deve o mesmo aceitar o referido lugar no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas, de acordo com o disposto no artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

31 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Luís Manuel Martins de Vasconcelos*.

2611019319